

TECENDO IDENTIDADES: UM ESTUDO ACERCA DOS EFEITOS DA ORIENTAÇÃO SEXUAL E DA IDENTIDADE DE GÊNERO NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA PESSOA LGBTI+

WEAVING IDENTITIES: A STUDY ON THE EFFECTS OF SEXUAL AND GENDER ORIENTATION ON THE CONSTRUCTION OF LGBTI+ PERSON'S IDENTITY

Brendha Monike Moreira Barcelos¹

Sabrina Ribeiro Cordeiro²

RESUMO: Este estudo teve como objetivo, por meio de pesquisa qualitativa exploratória, compreender e explicar, a partir da narrativa de pessoas LGBTI+, os efeitos da orientação sexual e da construção de gênero na identidade. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, analisadas por meio da técnica da análise de conteúdo de Bardin (2011), à luz das contribuições da Psicologia Social e de estudos de gênero e sexualidade. A partir do contato com o campo, foram postas em análise questões pertinentes às vivências da pessoa LGBTI+, suas percepções a respeito de si e de suas relações com família, amigos e sociedade, destacando as influências da imposição do modelo heterossexista como um impasse significativo para o desenvolvimento seguro e saudável das sexualidades dissidentes, uma vez que este modelo corrobora e autoriza as diversas violências direcionadas a essa população.

Palavras-chave: Identidade; Gênero; Sexualidade; LGBTI+; Psicologia.

ABSTRACT: This study aimed, through qualitative exploratory research, to comprehend and explain, based on the narratives of LGBTI+ individuals, the effects of sexual orientation and gender identity on identity construction. To achieve this semi-structured interviews were conducted and analyzed using Bardin's (2011) content analysis technique, using contributions from Social Psychology and gender and sexuality studies. Through the interviews, issues relevant to the experiences of LGBTI+ individuals, their self-perceptions, and their relationships with the surrounding environment (family, friends, and society) were scrutinized. The influences of the imposition of a heterosexist societal model were examined as a significant obstacle to the secure and healthy development of dissident sexualities, as this model perpetuates and sanctions various forms of violence directed towards this population.

Keywords: Identity; Gender; Sexuality, LGBTI+; Psychology.

1 INTRODUÇÃO

A construção do conceito de sexualidade no mundo ocidental começou a se consolidar a partir do século XVIII, período conhecido na história como a Era da Razão. Desde então, tem havido crescente interesse em compreender a natureza humana e tudo o

¹ Centro Universitário Salesiano - UniSales. Vitória/ES, Brasil. bremonike@hotmail.com

² Centro Universitário Salesiano - UniSales. Vitória/ES, Brasil. sabrinarcordeiro@gmail.com

que a envolve, incluindo a sexualidade. Posteriormente, surgiram teorias como a de Sigmund Freud, em sua obra “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905), que buscou estabelecer uma nova maneira de se pensar essa dimensão humana, para além do que já estava socialmente estabelecido.

Michel Foucault (1988), filósofo do século XX, teve grande impacto na compreensão da sexualidade no mundo ocidental. Consoante a este autor, a sexualidade é uma construção social que atravessa todas as instituições³, desde a família até a política. A partir de sua análise, o autor expressa que por meio da sexualidade exerce-se controle social, disciplina e norma aplicada aos corpos (Foucault, 1988). Em sua leitura social, ele postula:

A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e proprietário, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo (Foucault, 1988, p.6).

Dessa forma, a expressão da sexualidade humana foi tornada tabu, especialmente àquelas manifestadas por grupos sociais minoritários - mulheres, população negra e as minorias sexuais e de gênero. O moralismo religioso advindo da doutrina judaico-cristã foi utilizado amplamente como mecanismo de coerção e controle social, moldando a estrutura da sociedade sob seus valores e paradigmas (Dantas, 2010), e deslegitimando existências que não se encaixam nesse padrão.

Haja vista sua dissidência à norma, a população LGBTI+ é uma minoria social e política, alvo de preconceito e discriminação. Dito isso, é preciso conhecer e entender essas realidades, com vistas à produção de contextos de vida menos desiguais e menos violentos. Ao mesmo tempo, é importante refletir que a visibilidade, apesar de ser uma estratégia política na luta pela defesa e pela promoção de direitos, pode ser, de igual forma, um fator de risco em se tratando dessa população em específico.

No Brasil, os índices de violência contra a população LGBTI+ são expressos de maneira alarmante. Em 2021, foram identificados 1,7 mil casos de violência, motivados por LGBTfobia⁴. Além disso, um levantamento feito pelo Grupo Gay da Bahia, neste mesmo ano, notificou 300 casos de morte violenta, com requintes de crueldade, motivados por homofobia (Farias, 2022). Ademais, o *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil* reuniu dados estatísticos quanto às mortes de mulheres lésbicas entre os anos 2014 e 2017, enfatizando o seu aumento significativo no país. De 14 casos registrados em 2014, o número alcançou, em 2017, 35 casos, o que evidencia um aumento de 150% em apenas 4 anos. Os assassinatos foram cometidos, em 64% dos casos registrados entre 2014 e 2016, por pessoas conhecidas e/ou que possuíam vínculos afetivos/familiares com as vítimas (Peres; Soares; Dias, 2018).

É possível notar que os assassinatos de pessoas da comunidade LGBTI+ são, com frequência, crueis e carregados de ódio. Os métodos de execução utilizados demonstram uma violência desmedida, sendo a maior parte dos crimes realizados por meio do uso de armas de fogo, com grande quantidade de disparos seguidos por morte a facadas, espancamento e estrangulamento, sendo os dois últimos mais

³ Conceito que traz a ideia de norma universal, ou que é considerada como tal, instituída e normatizadora; de ato ou norma fundacional; e de formas sociais visíveis (Lourau, 1996).

⁴ Fenômeno de violência motivada pela discriminação e pelo ódio contra pessoas que fogem do padrão heterossexual-cisgênero (Baggenstoss, 2021).

recorrentes em casos de assassinato de mulheres lésbicas (Peres; Soares; Dias, 2018).

A homofobia se configura como “o medo, a aversão ou o ódio irracional aos homossexuais: pessoas que têm atração afetiva e sexual por pessoas do mesmo sexo” (Kahhale, 2011, p. 203), e ela pode se manifestar de diversas formas, por meio do preconceito e da discriminação. A homofobia é fundamentada em um ciclo de violência baseado no machismo, visando um modelo de sociedade supostamente ideal, a heteronormativa, que, segundo Melo, Bota e Santos (2020) configura padrão que idealiza a heterossexualidade como modelo de relacionamento entre os sujeitos, autorizando socialmente apenas relações entre homens e mulheres cisgêneros, ou seja, que se identificam com o sexo a partir do qual foram classificados ao nascer.

Todos esses pontos fomentam pré-conceitos a respeito de uma comunidade que vivencia diversas formas de violência e segregação, além do apagamento de suas identidades. Maria da Graça Jacques (2013), sob a perspectiva da psicologia social contemporânea, busca definir identidade como aquilo que encontramos quando buscamos responder à pergunta ‘quem sou eu?’. Essa resposta engloba a interação entre o papel social que a pessoa desempenha, suas ações e as relações que desenvolve ao longo da vida. Pensar, portanto, acerca da vivência enquanto pessoa LGBTI+, é pensar em uma forma de existência que vem sendo negada e deslegitimada em sua totalidade.

Em vista disso, esta pesquisa guiou-se pelo seguinte problema: quais os efeitos da orientação sexual e da identidade de gênero na construção identitária da pessoa LGBTI+? Buscando responder essa pergunta, estabeleceu-se, como objetivos específicos: 1) compreender e explicar como a pessoa LGBTI+ se relaciona consigo e com o outro (família, amigos e sociedade); 2) investigar se e de que forma essa relação produz sofrimento e; 3) analisar quais os fatores de risco e de proteção que influenciam na produção/não produção de sofrimento.

O presente estudo, realizado a partir dos dados do campo de pesquisa, busca promover maior difusão do tema, desmistificando a ideia de que se é LGBTI+ por escolha, almejando trazer uma visão acerca das vivências desse grupo enquanto minoria social. Sua importância para a área da Psicologia se dá no sentido de que o tema está intimamente atrelado às esferas políticas e sociais, presentes tanto na psicologia clínica, na psicologia social e comunitária e em tantas outras, bem como no compromisso dessa ciência e profissão na produção das transformações necessárias para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1. SEXUALIDADE

A Organização Mundial da Saúde (2015) define a sexualidade como um dos aspectos centrais na vida do ser humano, sendo influenciada pela interação de inúmeros fatores. A partir da experiência da sexualidade, é possível entender como um indivíduo se sente e se expressa no mundo. Por definição,

ela engloba sexo, identidades e papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é vivida e expressada por meio de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. Embora a sexualidade possa incluir todas essas dimensões, nem sempre todas elas são vividas ou expressas. A sexualidade é influenciada pela interação de

fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, jurídicos, históricos, religiosos e espirituais (Organização Mundial da Saúde, 2015).

Portanto, ao contrário do que se entende no senso comum, a sexualidade não se limita apenas à prática sexual, mas envolve um conjunto de outros fatores importantes, como sentimentos, erotismo e autoerotismo, prazer, orientação sexual e identidades de gênero. A expressão da sexualidade pode se manifestar de diferentes formas além da heterossexual, tendo em vista que as formas de sentir e se relacionar com o outro são tão diversas, múltiplas e singulares quanto o próprio ser humano.

A orientação sexual e a identidade de gênero são aspectos comuns da sexualidade humana que não necessariamente dependem um do outro, embora possam se relacionar. Por gênero, entende-se o conjunto de características socialmente construídas acerca do que é ser homem ou mulher, sendo incluídos os papéis sociais e os conceitos de masculino e feminino. Diferentemente do sexo biológico, que se refere às características fisiológicas e anatômicas dos corpos humanos, o gênero é uma construção social, e essas duas dimensões podem estar ou não em conformidade (Melo; Sobreira, 2018).

A orientação sexual refere-se à “capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero” (Corrêa; Muntarbhorn, 2006). Ainda, dentro da dimensão da sexualidade, há pessoas que sentem pouca ou nenhuma atração sexual, como é o caso dos assexuais, que, contudo, podem estabelecer relacionamentos afetivos, sejam eles românticos ou não (SBMFC, 2020). Diante disso, fica evidente que a orientação sexual não é uma escolha, constituindo-se como um direcionamento da atração afetivo-sexual do indivíduo, que pode ser diversa. Portanto, cabe a afirmação de que o uso do termo “opção sexual” é indevido e inadequado, devendo ser retirado do vocabulário e do imaginário social.

Já a identidade de gênero refere-se à experiência de identificação do gênero, que pode ou não corresponder ao sexo biológico. Essa identificação inclui aspectos como a autopercepção, podendo ou não envolver a modificação do corpo por meio de cirurgia; e a expressão de gênero, expressa por meio de vestimentas e comportamentos (Corrêa; Muntarbhorn, 2006).

Zanello (2018), citando Butler (1990, 2012), aponta para a fluidez do que chamamos de identidade de gênero. Tal constructo não cabe na ideia de sexo e se refere às formas por meio das quais se atua, vivencia uma certa forma de ser sujeito e estar no mundo na relação consigo próprio e com outros. Assim,

(...) há scripts culturais (como agir, pensar, sentir, se locomover etc., para ser considerado como ‘verdadeiramente’ uma mulher ou um homem) que já existem antes de nascermos e são mantidos por práticas sociais. (Butler, 1990 *apud* Zanello, 2018, p. 46).

2.2. ESTEREÓTIPO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO

O preconceito, nesse debate, ganha grande relevância, e se manifesta em diferentes níveis sociais. Fiske e Taylor (2008), citados por Pérez-nebra e Jesus (2011), apontam que, no Brasil, há uma frequente negação em reconhecer o preconceito na vida cotidiana. Nesse viés, existe uma tendência a minimizar sua importância ou a não percebê-lo, devido ao fato de que o preconceito remete a atitudes enraizadas na

estrutura da sociedade, o que acaba por perpetuar a exclusão de grupos historicamente discriminados, que são os principais afetados por essa dinâmica.

Consoante Pérez-Nebra e Jesus (2011), existem conceitos que antecedem e sucedem o preconceito, sendo estes, respectivamente, os conceitos de estereótipo e de discriminação. O estereótipo denota crenças e características atribuídas a um grupo, sendo estas amplas generalizações baseadas em algumas similaridades percebidas de forma superficial e fragmentada, podendo estar corretas ou não (Rodrigues, Assmar e Jablonsky, 2000 *apud* Pérez-nebra; Jesus, 2011). Dessa forma, o estereótipo é o ponto de partida para a construção do preconceito, visto que sobre ele repousa uma não reflexão acerca das particularidades e diferenças individuais que marcam os sujeitos, heterogêneos e singulares.

É a partir do estereótipo que o preconceito é construído. Fiske e Taylor (2008), citados por Pérez-Nebra e Jesus (2011), procuram definir o preconceito como a avaliação negativa ligada às crenças atribuídas a um determinado grupo. É uma opinião formada previamente, possuindo um forte componente afetivo que é, necessariamente, negativo. Devido ao seu componente afetivo, produz no sujeito reação emocional intensa, que pode levar a determinados atos e comportamentos discriminatórios.

Nesse sentido, a discriminação pode assumir diferentes formas, sendo institucionalizada pelo meio social. O ódio às sexualidades dissidentes pode levar a um crime homofóbico, entendido como agressão física, verbal ou psicológica contra uma pessoa em função de sua orientação sexual. Atualmente, no Brasil, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), o crime de homofobia passou a ser enquadrado como análogo ao crime de racismo, previsto na Lei 7.716/89 (Brasil, 2020).

2.3. CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA POPULAÇÃO LGBTI+

O Movimento LGBTI+ foi construído através de uma longa história de lutas e resistências, tendo suas pautas apoiadas sobre as bases de um constante enfrentamento a um padrão social predominantemente cisgênero⁵ e heterossexual. A população LGBTI+ foi, durante muito tempo, estigmatizada, submetida a tratamentos psiquiátricos e psicológicos com viés religioso e patologizante, buscando uma suposta libertação ou conversão - a chamada cura gay⁶. Além disso, foi acometida por diversos outros tipos de violência, em razão de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero dissidentes⁷.

A luta do movimento proporcionou diversos avanços referentes ao respeito à dignidade da pessoa LGBTI+, porém o cenário atual exige atenção, em razão da extrema violência direcionada a essa população. Embora, mundialmente, muitos governos tenham leis que asseguram os direitos da não-discriminação, ainda é possível ver inúmeras violações desses direitos, que incluem

[...] execuções extrajudiciais, tortura e maus-tratos, agressões sexuais e estupro, invasão de privacidade, detenção arbitrária, negação de oportunidades de emprego e educação e sérias discriminações em relação

⁵ Pessoa que se identifica com o mesmo gênero que lhe foi atribuído ao nascimento (Espírito Santo, 2022, p. 3).

⁶ De acordo com a Resolução 01/99, é vedado a profissionais da Psicologia no Brasil promover qualquer tipo de terapia de reversão sexual, uma vez que a homossexualidade não é considerada patologia (Conselho Federal de Psicologia, 1999).

⁷ Referente àqueles que divergem, aqui reafirmados enquanto potência - a potência de habitar fora da norma.

ao gozo de outros direitos humanos. [...] Muitos Estados e sociedades impõem normas de gênero e orientação sexual às pessoas por meio de costumes, legislação e violência e exercem controle sobre o modo como elas vivenciam seus relacionamentos pessoais e como se identificam [...] (Corrêa; Muntarbhorn, 2006, p.7).

Por conta dessa estrutura social, muitas pessoas com sexualidades dissidentes relacionam o fato de ser LGBTI+ à busca por uma atuação politizada, se aproximando do ativismo nas pautas identitárias, questões de raça, gênero e sexualidade, muitas vezes assumindo um papel de militância. Essa postura muito se relaciona com a necessidade de constante luta por direitos enfrentada por essa população, mas que não deveria, de forma alguma, ser cobrada como condição necessária para o reconhecimento do sujeito como parte dessa comunidade.

Pensando na construção de políticas identitárias, no Brasil, houve diversas atualizações quanto à terminologia utilizada para se referir a população LGBTI+, na busca por inclusão e reconhecimento. Até meados da década de 90, utilizou-se o termo “GLS” (Gays, Lésbicas e Simpatizantes). A Associação Brasileira de Lésbicas⁸, Gays⁹, Bissexuais¹⁰, Travestis¹¹, Transsexuais¹² e Intersexos¹³ (ABGLT) buscou abraçar a diversidade da comunidade, contemplando, na sigla, outras orientações sexuais e identidades de gênero, adotando o termo “LGBTI” em 1995. Por existirem outras propostas de inclusão de letras, adotou-se o símbolo “+” na sigla (Baggenstoss, 2021), o que também serve para indicar que outras designações, desconhecidas ou ainda não existentes venham a ser reconhecidas com legitimidade. A esse respeito, cabe pontuar que as siglas não foram criadas por um movimento social específico, mas sim que foram propostas em conferências de direitos no âmbito das políticas públicas.

3 METODOLOGIA

Este trabalho teve como finalidade compreender e explicar, a partir da narrativa de pessoas LGBTI+, os efeitos da orientação sexual e da identidade de gênero na construção identitária, sendo realizado mediante pesquisa exploratória qualitativa. Foram feitas 11 entrevistas, categorizadas por meio da técnica da análise de conteúdo de Bardin (2011) e analisadas à luz da teoria da Psicologia Social e de contribuições dos estudos de gênero e sexualidade.

A partir das categorizações guiadas pelo fio condutor dos objetivos específicos da pesquisa, foi realizada a análise de conteúdo (Bardin, 2011) das narrativas das pessoas entrevistadas. Para tanto, houve uma etapa pré-análise, com a preparação do material para o agrupamento em unidades de sentido; a categorização, em que, a partir dos objetivos específicos da pesquisa, o material foi sendo codificado

⁸ Pessoa do gênero feminino que se sente atraída sexual e/ou afetiva exclusivamente por mulheres (Espírito Santo, 2022, p. 4).

⁹ Pessoa do gênero masculino que se sente atraída sexual e/ou afetiva exclusivamente por homens (Espírito Santo, 2022, p. 3)

¹⁰ Pessoa que se sente atraída sexual e/ou afetiva por pessoas de todos os gêneros (Espírito Santo, 2022, p. 3).

¹¹ É uma identidade de gênero latino-americana, muitas vezes considerada transgênero, terceiro sexo ou não-binária (Espírito Santo, 2022, p. 5)

¹² Pessoas que possuem uma identidade de gênero diferente da que foi atribuída no nascimento (Espírito Santo, 2022, p. 5)

¹³ Pessoas que nascem com caracteres sexuais que não se enquadram nas definições binárias típicas de masculino e feminino (Espírito Santo, 2022, p. 3)

manualmente por identificação de temas recorrentes e características comuns; e a seleção e análise, com a presença de destaque para trechos de falas marcadamente importantes.

Para a realização do campo, foi utilizado o modelo de entrevista semiestruturada, com perguntas abertas e fechadas. A amostra foi coletada a partir do universo composto por pessoas que se identificavam como parte da comunidade LGBTI+. Foram ouvidas 11 pessoas, entre 18 e 29 anos, de diferentes localizações de gênero e orientação sexual, residentes na região da Grande Vitória, no estado do Espírito Santo. Duas destas pessoas se identificavam como homens cis gays, três como mulheres cis bissexuais, um como homem cis bisexual, duas como mulheres cis lésbicas, e três não tinham certeza quanto a sua orientação sexual, sendo que uma dessas pessoas se identificou como homem transgênero. Em relação às características raciais, 6 pessoas se identificam como brancas e 5 como negras. No tocante à situação socioeconômica, 7 pessoas possuem renda familiar de um até três salários mínimos, e 4 pessoas possuem renda familiar de quatro a oito salários mínimos. A maior parte dos entrevistados se identificou como uma pessoa assumida com relação à própria sexualidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados do campo, depois de categorizados, foram organizados a partir de sua relação com os objetivos específicos da pesquisa e são apresentados a seguir divididos em subtópicos, por unidades de sentido.

4.1 COMO A PESSOA LGBTI+ SE RELACIONA CONSIGO E COM O OUTRO (FAMÍLIA, AMIGOS E SOCIEDADE)

[...] Assim, desde sempre, eu entendi que tinha alguma coisa diferente... nas minhas relações, na forma que eu via as coisas. Eu não me entendia muito bem.

[...] sempre achei que eu fosse um pouco... sabe? Diferente das pessoas. Mas nunca me permitiu sentir ou pensar de forma diferente.

[...] eu sentia que tinha alguma coisa de errado ali, mas eu não sabia exatamente o que era...

A vivência da própria sexualidade, quando há dissidência da norma, muitas vezes é sentida como contravenção, como erro. A percepção de se sentir diferente expressa a construção de uma identidade marginalizada, não alinhada ao padrão social estabelecido. Maria da Graça Jacques (2013), sob a perspectiva da Psicologia Social, define identidade como representações de si. Essas representações compõem camadas essenciais da vida do indivíduo, como o papel social que ele desempenha, seus comportamentos e as relações sociais nas quais está inserido (Jacques, 2013). Assim, falar de identidades marginalizadas significa se debruçar sobre a construção de sujeitos que não se reconhecem (ou não são reconhecidos) nos moldes dessas representações.

A esse respeito, Butler (2003) aprofunda o debate entre identidade e gênero:

(...) a questão aqui seria: em que medida as *práticas reguladoras* da formação e divisão do gênero constituem a identidade, a coerência interna do sujeito, a rigor, o *status auto-idêntico* da pessoa? Em que medida é a 'identidade' um ideal normativo, ao invés de uma característica descritiva da experiência? E como as práticas reguladoras que governam o gênero também governam as noções culturalmente inteligíveis de identidade? Em outras palavras, a 'coerência' e a 'continuidade' da 'pessoa' não são características lógicas ou analíticas da

condição de pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas. Em sendo a ‘identidade’ assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de ‘pessoa’ se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é ‘incoerente’ ou ‘descontínuo’, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas (Butler, 2003, p. 38).

Assim, o reconhecimento de que há algo de errado quanto ao seu desenvolvimento e a formação de sua identidade evidencia um conflito entre o ideal, ou seja, aquilo que é esperado e que é levado a ser, e o real, enquanto a resistência em expressar a possibilidade de ser LGBTI+ indica uma luta contra estigmas e expectativas sociais e familiares.

Ademais, ao associar a vivência da própria sexualidade à ideia de desvio à norma, torna-se evidente que há, socialmente, um padrão estabelecido quanto às formas de se relacionar. Devido a crença em sua superioridade, é dado à heterossexualidade o poder normativo, que dita e que estabelece regras. Essa forma sistemática de dominação, que pauta a existência de uma hierarquia de sexualidades e que, ainda, promove a supremacia da heterossexualidade, é chamada de heterossexismo (Borrillo, 2010). Nesse sentido, como forma de manutenção desse poder, todas as formas de sexualidade que não a heterosexual são consideradas “na melhor das hipóteses, incompletas, acidentais e perversas; e, na pior, patológicas, criminosas, imorais e destruidoras da civilização.” (Borrillo, 2010, p. 31). Isso é expresso em algumas das narrativas encontradas nas entrevistas dessa pesquisa:

[...] E aí quando esses sintomas... tô fazendo aspas no ar pra não parecer muito homofóbico... aparecem, você começa a pensar que tem alguma coisa que tá errado, porque cê tá fugindo da norma.

[...] Foi bem complicado, e como sou uma pessoa muito cristã, eu ficava sempre assim "ai, Deus, por favor, tira isso de mim"

[...] No começo, era muito complicado por causa da igreja, da minha família, meus pais eram muito rígidos... eles tinham uma idealização de que eu era pra eu ser filha perfeita. E aí eles viam isso como uma imperfeição, sabe? Aí quando eu demonstrei que eu não era perfeita, aí tive um pouco de problema em me aceitar por causa deles.

Em nossa sociedade, essa forma de dominação tem uma de suas sustentações no discurso religioso propagado por ideologias características de religiões de matriz judaico-cristã, que reforçam o discurso de desumanização e de demonização em torno das vidas de pessoas que apresentam sexualidades dissidentes, atribuindo-lhes um caráter antinatural, moral e espiritualmente condenável. A rejeição à pluralidade sexual é posta como regra, empurrando essa população para as margens da sociedade ao apresentar a homossexualidade em um paradigma de pecado, de impureza, de maldade e de perversidade, aptos a corromperem os preciosos valores cristãos e a pureza de suas crianças (Natividade; Oliveira, 2009). A heterossexualidade é instaurada, então, como única maneira normal e natural de se relacionar. É muito comum que essas violências, endossadas no corpo social, sejam internalizadas pelo indivíduo, moldando a maneira como ele se percebe, impelindo-o a lutar contra seus desejos e dificultando o seu processo de autoaceitação (Borrillo, 2010).

Eu sei que não é uma culpa minha ser LGBT, não é uma escolha. Só que se eu pudesse escolher, eu seria uma pessoa, com certeza, heterosexual. Porque se falar "ah, eu não tenho problema nenhum com a minha sexualidade", vou estar mentindo. Por essa vivência assim da minha família.

[...] eu nunca concordei com isso de me assumir, mas dentro da minha realidade, né, eu queria uma validação das pessoas.

É comum, dentro da comunidade LGBTI+, encontrar pessoas que não concordam ou que não vêem necessidade de se assumir, seja para a família ou para o seu círculo social. Muito do que se ouve nesse sentido vai na direção de compreender que pessoas heterossexuais não são interrogadas a se assumirem como tal, de modo que não faria sentido inquirir pessoas não heterossexuais sobre sua sexualidade. Sobre pessoas que vivem de acordo com a heteronormatividade não é exercida pressão social nesse sentido, uma vez que o direito à existência lhes é dado a priori, juntamente com a presunção da normalidade embutida em sua heterosexualidade. A pessoa LGBTI+, em razão dessa diferença, “deve apresentar-se, solicitar autorização e prevenir os ‘normais’ de sua entrada em um território que não é naturalmente destinado a ele” (Borrillo, 2010, p. 103). Em contrapartida, o desejo de reconhecimento, o direito de existir, de ter liberdade para ser e amar, e de encontrar seu lugar no mundo enquanto sujeito, faz com que assumir-se, o *coming-out*, se torne um risco muitas vezes necessário e almejado.

O pertencimento, a validação, tanto social quanto familiar, são expressos como um fator importante no processo de construção da identidade. Silvia Lane (2006) evidencia que os processos de socialização, primária e secundária, são essenciais para a formação da identidade. A socialização primária ocorre na infância, quando a criança aprende, a partir de sua relação com a família e/ou cuidadores principais, as primeiras noções de como se comportar socialmente, além de internalizar normas e valores sociais. Na socialização secundária, o indivíduo é inserido em novos ambientes sociais e exposto a novas visões de mundo, através dos processos de escolarização e profissionalização (Lane, 2006). Dessa forma, considerando que somos seres sociais, e que, por esse motivo, só existimos nas e pelas relações que nos constituem e enquadram nossas vidas, a validação externa está intimamente atrelada ao desenvolvimento da autoestima, da autoconfiança, e da integração desse indivíduo aos diferentes grupos da sociedade.

As contradições entre se assumir ou não, que muitas pessoas LGBTI+ enfrentam, demarcam uma tentativa de se sentirem reconhecidas e valorizadas em seu meio social, uma vez que esse espaço não é dado quando se vive desviando da norma. Daniel Borrillo (2010) busca fazer uma diferenciação entre as várias violências exercidas sobre a população LGBTI+, destacando a homofobia liberal como aquela responsável por confinar as sexualidades dissidentes ao pudor, à discrição e ao silêncio da vida privada.

As práticas homossexuais e suas manifestações são de natureza privada e permitidas com a condição de permanecerem circunscritas a esse espaço. Em compensação, ao assumirem a forma heterosexual, as mesmas condutas tornam-se expressão do amor e se desenvolvem livremente no espaço público: os heterossexuais beijam-se e dançam juntos na rua, mostram publicamente as fotos dos/as parceiros/as, declaram em público amor eterno e nunca fazem o coming-out heterosexual, já que o espaço público lhes pertence. Mas, quando um gay ou uma lésbica têm a ousadia de empreender uma dessas manifestações, eles/as são imediatamente considerados/as militantes ou provocadores/as (Borrillo, 2010, p.77)

Dessa forma, o *coming-out* demarca a pré-existência de uma violência, mas também um ato subversivo, uma vez que traz à tona o caráter não exclusivo da heterosexualidade e contesta a norma.

No início eu fiquei muito reativo [...]. Eu criei um negócio na minha cabeça de perseguição. Então, como eu levei muita pedrada nesse início, eu sempre senti essa necessidade de me reafirmar mesmo. Então quando alguém fala alguma coisa eu já me sinto diretamente atacado, sinto essa necessidade de me

impor, de levantar a voz, de levantar a cabeça, sabe? E às vezes acaba que é um pouco desproporcional, entendeu?

O termo *desproporcional*, utilizado na narrativa da pessoa entrevistada como forma de descrever suas próprias atitudes e comportamentos, traz à tona uma reflexão importante: quem pode definir, em termos de proporcionalidade, o que é ou não aceitável dentro de uma estrutura que é, destacadamente, desigual? Como podemos falar de proporcionalidade quando um lado briga e grita por existência, e o outro confina e sufoca, em um movimento cílico de violência? Como podemos sequer pensar em comparações, quando há tanta invalidação e violência nas interdições que impõem às pessoas LGBTI+ a supressão de sua própria identidade em nome das expectativas de outrem?

Ao desafiar as expectativas sociais, o sujeito LGBTI+ nega e recusa o modelo hegemônico de heterossexualidade, tornando sua simples existência e circulação pelos espaços públicos um ato político. Se a hegemonia mata, ela não é boa, e deve ser confrontada. Sobre isso, Eribon (2008), citado por Natividade e Oliveira (2009), dialoga:

Quando o homossexual diz que é homossexual, o heterossexual é obrigado a se pensar como heterossexual, embora até ali não tivesse que se fazer perguntas sobre a sua identidade e sobre a ordem social pela qual ela está instituída. Ele estava num estado de privilégio absoluto. Por isso, indigna-se quando é ameaçado de perdê-lo, ainda que parcialmente, e pede aos gays que voltem à “discrição”, isto é, que permitam que ele volte à paz de suas certezas, ao conforto de sua normalidade que repousava no silêncio dos outros. Ou, então, mais simplesmente ainda, o heterossexual considera que o homossexual se comporta mal, exagera, “se exibe”, provoca... Assim, o homossexual só pode ser o objeto do discurso, e se torna insuportável tão logo pretende ser o sujeito” (Eribon, 2008 *apud* Natividade; Oliveira, 2009, p. 155).

Em outra perspectiva, pensando em termos de desenvolvimento, essas expectativas que recaem sobre os sujeitos podem impactar negativamente o processo de autoaceitação, principalmente ao considerarmos que grande parte da população LGBTI+ cresce e se desenvolve em ambientes abertamente LGBTIfóbicos. Nesse sentido, é muito comum que essas pessoas experimentem sentimentos de negação quanto às manifestações da própria sexualidade. Segundo Borrillo (2010), a internalização dessas violências, sob a forma de insultos e condenações, faz com que muitas pessoas reprimam suas atrações, provocando, às vezes, sentimentos de culpa, ansiedade, vergonha e depressão.

[...] eu sentia atração, mas eu nunca me permitia. Porque eu falava “não, isso deve ser normal”, na minha cabeça era admiração, não era atração. Pra mim, sempre foi uma forma de admiração e de carinho muito grande. Mas hoje eu entendo, hoje eu vejo que não era. Talvez eu só tentava mascarar, porque eu sabia que aquilo não tinha nenhuma forma de ser aceita, entendeu?

Este relato, vindo de uma mulher, demarca como a sexualidade dissidente feminina é, muitas vezes, invalidada e ridicularizada pelo meio social, fazendo com que muitas mulheres LGBTI+ sintam dificuldade em reconhecer e aceitar seu desejo. A tentativa de mascarar a atração rotulando-a como admiração e carinho se apresenta como uma experiência comum, em que o desejo por outra mulher não é reconhecido enquanto possibilidade válida. As mulheres são ensinadas, desde a infância, a se comportar para atrair o olhar do homem, “a ‘investirem’ em si (no tocante à estética, a comportamentos, a regras) para, no futuro, serem escolhidas por algum homem, bem como para competirem entre si, destruindo a possibilidade do amor entre mulheres” (Braga; Ribeiro; Caetano, 2022, p. 7).

Mulheres são subjetivadas pelo olhar e pelo desejo masculino, como aponta Zanello (2018). A autora afirma que em nossa cultura os homens são incentivados a desenvolver e exercitar seus interesses em diferentes direções, enriquecendo suas vivências no mundo livremente, ao passo que mulheres são socializadas para dedicarem-se ao cuidado e ao amor aos homens, como único caminho possível. Zanello (2018) cria a analogia da *prateleira do amor* para explicar a busca das mulheres por serem escolhidas por um homem que as eleve ao status de digna e completa. Toda essa construção faz com que mulheres que amam outras mulheres se sintam falhas, equivocadas e indignas, o que as leva a duvidar do que sentem, e, em muitos casos, ativamente, negar o que sentem, anulando importantes partes de sua identidade e de sua existência no mundo.

Além disso, há vários estereótipos acerca de como uma mulher que se relaciona com outras mulheres deve se parecer. Nesse viés, muitas mulheres sáficas¹⁴ que performam feminilidade tem sua orientação sexual questionada, como se estivessem em relações com outras mulheres com o intuito de provocar desejo nos homens, atraí-los. Por outro lado, mulheres que não performam feminilidade são invisibilizadas e/ou alocadas no papel masculino na relação, pensamento que expressa uma nítida confusão das pessoas acerca das intersecções entre gênero e sexualidade. Além disso, mulheres LGBTI+ que se assumem após terem estado em relacionamentos heterossexuais, muitas vezes já tendo assumido o papel da maternidade, são, muitas vezes, invalidadas e deslegitimadas.

Então, teve uma galera que ficou horrorizada, levou um tempo pra entender o meu estilo, né? Teve gente que ficou assim: “meu Deus, mas você já foi casada, você tem uma filha, como assim?”

A esse respeito, existem diferentes direções para as reflexões disparadas por essas vivências. Em primeiro lugar, a identidade é uma construção aberta, processual e dinâmica, dadas as inúmeras afetações que os encontros e acontecimentos da vida produzem nos sujeitos, deslocando-os em relação a si próprios do passado, e também nas relações. A fluidez dos elementos que constituem nossa identidade aponta para a possibilidade de que nossos desejos sejam reconhecidos e entendidos por nós ao longo do tempo, a partir do processo de autoconhecimento e experiências singulares, sendo perfeitamente possível que uma mulher que, durante anos, esteve em relacionamentos com homens, em algum momento da vida passe a se perceber atraída por mulheres, e, na medida em que se permita e tenha recursos emocionais para tanto, abra-se para relacionamentos lésbicos/bissexuais.

Sob outra perspectiva, temos o debate acerca da heterossexualidade compulsória, conceito apresentado pela autora Adrienne Rich (2012) para dizer do conjunto de ideias e regras sociais instituídas que direcionam às mulheres a obrigatoriedade da heterossexualidade. Assim, é por via da heterossexualidade compulsória que “(...) a experiência lésbica é percebida através de uma escala que parte do desviante ao odioso ou a ser simplesmente apresentada como invisível (...)” (Rich, 2012, p. 21).

Em se tratando de homens bissexuais e, sobretudo, homens gays, é percebida certa disparidade na identificação com a masculinidade hegemônica. Anzaldúa (2019) afirma que, ao homem, permitir-se expressões afetivas significativas e espontâneas é o mesmo que desafiar o modelo de masculinidade vigente, e que necessitamos, com urgência, que mais homens recusem os papéis de gênero, e permitam-se tornar-se

¹⁴ Termo que designa os relacionamentos entre pessoas alinhadas ao feminino (Spacey, 2023).

vulneráveis, numa busca por erradicar comportamentos sexistas e produzir condições de criação de novas masculinidades.

Muitos homens gays, já durante a infância e perdurando seu desenvolvimento, experienciam um distanciamento do que é considerado atitude e comportamento tipicamente masculinos. Nesse cenário, muitos podem vir a reprimir o que sentem e agir de modo a serem socialmente aceitáveis nesse meio, buscando maior passabilidade social, reafirmando esse lugar da masculinidade hegemônica.

[...] quando eu estou na presença de muitas pessoas, principalmente muita presença masculina, o que eu tento fazer é meio que, sei lá, diminuir um pouco, porque eu não quero deixar nenhum trejeito transparecer. Tanto que, às vezes, tem muitos homens que não pegam que eu sou gay, porque eu meio que faço tipo um masking, sabe? E aí eu me policio mais na forma como eu falo, na forma como gestuo, no meu tom de voz...

E também tem aquela questão de tudo bem ser homossexual, mas eu não vou ser afeminado. Eu vou vestir roupas de homem. Então sempre teve sim essa questão da compensação... tudo bem ser gay, mas vem aquela lista extensa, né?

A rejeição às características consideradas tradicionalmente femininas está diretamente relacionada à misoginia, lógica muito presente na estruturação das relações de poder em nossa sociedade. De acordo com Viñuales (2002 *apud* Braga; Ribeiro; Caetano, 2022), a misoginia se debruça na crença de que identidades femininas são inferiores, justificando e autorizando homens a infligir violência física, psicológica e simbólica a mulheres apenas por serem mulheres. Neste caso, isso evidencia como as expectativas de gênero influenciam na autopercepção da pessoa LGBTI+, despertando a necessidade de se adequar a determinados padrões para ser socialmente aceita e colocando-a em posição de reprodução de violências, ainda que de maneira não intencional, sobre outros sujeitos.

[...] eu me assumi, principalmente, porque eu não estava aguentando mais viver naquele confinamento que eu estava vivendo, de ter que ficar me escondendo e de ter que ficar escutando toda vez "ela, ela, ela". Isso estava me deixando maluco. Aí eu me assumi pra ver se isso tudo acabava. Só que não acabou. Ficou pior.

A necessidade de adequação é afirmada, também, por muitas pessoas trans em busca de passabilidade social. Nesse sentido, quanta dor e quanto sofrimento estão sendo produzidos com essas tentativas infrutíferas de adequação à norma, uma vez que esses sujeitos não cabem no modelo hegemônico? E quais os efeitos disso para a construção identitária desse vasto grupo de pessoas?

Para evidenciar essas tentativas de adequação, ao discorrer sobre as vivências de pessoas trans, parece existir, após o ato de se assumir, uma supervalorização das características do gênero designado ao nascimento, como roupas, acessórios, estrutura corporal, voz e até mesmo o pronome utilizado para se referir a pessoa, como forma de deslegitimar a sua afirmação e de tentar aprisioná-la novamente ao confinamento do armário.

4.2 DE QUE FORMA A RELAÇÃO DA PESSOA LGBTI+ CONSIGO E COM O OUTRO PRODUZ SOFRIMENTO?

Viver e crescer em uma sociedade heteronormativa, em que sexualidades dissidentes são negadas e demonizadas, pode se apresentar como uma jornada extremamente confusa e limitante para pessoas LGBTI+. A negação, associada aos sentimentos de vergonha e culpa, são entraves comuns no processo de autoaceitação, principalmente em ambientes em que a aceitação pode ser escassa ou inexistente. Boswell (1985),

citado por Borrillo (2010), evidencia que a maior parte das pessoas LGBTI+ não são oriundas de famílias LGBTI+, destacando o quanto a ausência de referências pessoais e a falta de apoio emocional os mantém aprisionados nesse sofrimento.

[...] porque você passa pelas fases do luto, né? Primeiro você precisa entender exatamente o que você é, onde você se encaixa. E aí tem a negação que é tipo “não, pô, impossível, jamais”...

[...] é difícil... você não se entende, você não consegue entender porque que todo mundo é diferente de você, porque que só você tinha que ser diferente, porque você não se sente como deveria se sentir... é tenso, acaba com o psicológico de todo mundo, e isso afeta você, afeta a sua família, afeta os seus amigos, afeta quem está perto de você.

O processo de descobrir-se LGBTI+, nesse relato comparado às fases do luto, evidencia a complexidade dos desdobramentos para a identidade dos sujeitos. Muitas vezes é preciso deixar morrer ou mesmo matar a identidade pregressa para que outra emerja, existindo, portanto, um processo de luto-morte identitário. Este luto é sentido não só pela pessoa em si, mas também por seu círculo social mais próximo. Em decorrência dessa experiência, do preconceito e da discriminação, muitas pessoas são coagidas a manter a vivência de sua sexualidade dissidente em segredo, em uma tentativa de se resguardar de violências variadas e de segregação.

[...] e quando eu era mais jovem, isso me afetava muito, né? Até porque eu tava num processo de entender quem eu era. E todos esses comentários... eles batiam mais pesado ali, né? Eu ficava com isso martelando na minha cabeça... tipo, pô, eu tenho essa coisa... que isso é um segredo, né? Segredo enorme. Que eu nunca vou poder contar pra ninguém, que vou ter que levar comigo pro túmulo.

Sobre esse assunto, Natividade & Oliveira (2009) discorrem:

Ter que guardar a própria sexualidade como um segredo coloca o sujeito em posição de objeto do discurso alheio, sob o permanente risco de se ver exposto pelos “outros”. Contudo, no momento em que o “objeto” da injúria decide falar sobre si, assumindo publicamente a injúria como parte de sua identidade e questionando a carga moral negativa que lhe é atribuída, ocorre uma reversão parcial dessa relação entre o sujeito heterosexual que fala e o Outro homossexual (Natividade & Oliveira, 2009, p. 155)

Em outra perspectiva, é possível fazer uma alusão dessa condição de segredo imposto à pessoa LGBTI+ com a mesma condição vivenciada por pessoas vítimas de violência e abuso sexual, em que o segredo mantém a vítima no lugar de imobilidade, de impotência. O medo, a vergonha e a falta de apoio contribuem para sua revitimização, o que pode fazer com que a pessoa se sinta presa nessa situação. Esse medo é vivenciado, muitas vezes, associado à possibilidade de rejeição social e familiar e, por consequência, à desfiliação desses afetos. Nesse sentido, seria possível pensarmos que esse silêncio imposto diante da violência vivida também configura, em certa medida, uma violência de lastro sexual.

[...] Nossa, eu fiquei morrendo de medo. Da minha família virar as costas pra mim, de não querer me incluir numa reunião... por exemplo, todos os anos a gente passa o Natal juntos, e todo ano tem um churrasco pra comemorar qualquer coisa... e eu tinha muito medo deles me excluírem disso... esse era o meu maior medo, da exclusão da minha família.

Isto caracteriza mais uma das diversas violências direcionadas a essa população. A ameaça de fragilização e ruptura de vínculos familiares e comunitários pode gerar muita dor e angústia, com sentimentos de desamparo e desesperança, além de levar a pessoa a tentativas de adequação, como, por exemplo, a aceitação ou a busca por terapias de reversão sexual, parte de uma política higienista com roupagem de salvação.

[...] meus pais me forçaram a não ser, tipo: "se você continuar sendo isso, eu vou te afastar da sua irmã". Era minha irmã mais nova. Acho que pra não influenciar, na cabeça deles, né?

[...] aí ela falou assim "nossa, que decepção". Aí eu falei "como assim?", e ela "achei que você ia ser o orgulho da família".

[...] e era sempre assim "nossa, você viu que fulano é gay? misericórdia, a mãe não criou direito".

[...] e aí, tudo agora, até hoje, vem primeiro o que eu faço e depois o que eu sou. Como uma forma de provar pra minha mãe, tipo assim, você não errou na sua criação independente se eu sou lésbica ou não, você tem uma filha assim assim e assado.

Ainda sobre a família, na relação de filhos LGBTI+ com suas figuras maternas, parece existir um conflito a ser analisado, gerado, sobretudo, pela influência dos papéis que são atrelados socialmente à figura da mulher mãe e a experiência da maternidade. Segundo Daniel Borrillo (2010), a reprodução da ordem social é dada a partir da diferenciação dos sexos, no qual se diferenciam, também, os papéis de gênero. Nesse sentido, existe um mandato social implícito a partir do qual as mães são responsabilizadas por fazer seus filhos terem sucesso na vida, de modo que a sexualidade dissidente denunciaria um suposto erro dessas mulheres na educação dada aos filhos, representando fracasso no exercício das funções tidas como suas por excelência.

Os efeitos de sofrimento que todas as camadas de violência a que pessoas LGBTI+ são expostas podem explicar as constantes tentativas destas pessoas em buscar formas validação em suas escolhas e conquistas, perseguindo um reconhecimento enquanto indivíduo para além das expectativas de falência criadas sobre eles. Não raro mães e pais projetam em seus filhos fantasias e ilusões, o que pode ser vivido como fardo. Genitores que não enxergam seus filhos como indivíduos separados de si, que os idealizam como extensão de seus sonhos e desejos, ao depararem-se com a distância disso para o real, desmoronam.

[...] tanto a minha avó quanto a minha mãe foram super invasivas... elas tinham a chave da minha casa, elas entravam na minha casa pra tentar pegar algum flagrante, alguma coisa do tipo.

Muitos pais e mães, ainda, expressam o desejo de que seus filhos não sejam LGBTI+ alegando medo de que eles sofram algum tipo de violência na vida. Porém, esse temor inicial, baseado em preocupações sobre possíveis desafios, muitas vezes cede espaço a reações muito negativas quando confrontados com a realidade, chegando a violar direitos básicos como o direito à intimidade e à privacidade. Essas ações se constituem, também, como formas de violência ao indivíduo, antecipando a possível e eventual rejeição da qual alega-se tentar protegê-los e lançando-os a vivências de dor e vulnerabilidade em um lugar que, espera-se, seja de acolhimento e proteção. Tal quadro pode gerar problemas de confiança e insegurança, além de impactos negativos na sua autoestima.

[...] eu acredito que a forma deles terem lidado de uma maneira muito negativa repercutiu muito em como eu me vejo hoje, sabe? Porque eu não tenho e nunca tive autoestima boa, nem autoconfiança, mas eu percebi que de uns tempos pra cá, principalmente nessa virada de chave, eu sinto que dei uma declinada legal, sabe? Na autoconfiança, autoestima e tudo mais, porque é complicado, né? Você ouvir a sua família falando coisas ruins de você.

Eu tive muitos problemas de confiança em amizade por causa disso, porque, poxa, era uma galera que eu confiava e tal. Pessoal da igreja chegou a ameaçar me denunciar. Eles usaram essa palavra. "Denunciar". Denunciar pro pastor que eu estava ficando com uma menina. Como se fosse um crime. Me senti rejeitada.

O uso do termo *denunciar* no relato acima denota a posição de poder, de exercício de fiscalização e correção que pessoas heterossexuais assumem nessas relações. Ora,

se há algo que deve ser escondido e que é, destacadamente, motivo de retaliação, se alguém descobre o segredo, esse alguém detém poder sobre a pessoa, sentindo-se, inclusive, no direito de expor sua intimidade e privacidade, roubando-as de um momento considerado, por muitos, um marco importante na construção de sua identidade afetivo-sexual.

Na verdade, eu não me assumi, eu fui assumida. [...] como eu não pude fazer isso, eu me senti meio que... roubada dessa situação, entendeu? Meio que injustiçada, porque não foi por mim que partiu, entendeu? Por mais que eu tivesse a intenção, eu não tive essa oportunidade. Então eu fiquei muito acuada, porque eu não tive o que fazer, não tinha o que falar, não tinha como reagir.

Essa relação de poder é mantida pelo modelo de sociedade heterossexista, que subjuga existências à estigmatização (Borrillo, 2010). Em vista disso, muitos estereótipos negativos são atrelados à vivência da sexualidade dissidente, e, a depender do tipo de identidade que está sendo discutida - se é lésbica, se é gay, se é bissexual, se é trans, se é assexual -, esses estereótipos possuem características distintas, embora tenham suas raízes em um mesmo aspecto opressor. É muito comum que pessoas bissexuais, por exemplo, sejam associadas à infidelidade e à promiscuidade, tendo, por conta disso, seus afetos negados ou negligenciados.

[...] tem gente que não gosta. Eu já fiquei com um menino que não quis ter nada comigo porque ele falava que eu ia trair ele com a primeira pessoa que aparecesse na minha frente, como se eu não tivesse critérios, né? Se eu fosse hétero, por exemplo, eu não ia ficar com todos os homens que me dessem bom dia, entende?

É comum que algumas pessoas, principalmente mulheres lésbicas, experienciem um momento de identificação com a bissexualidade durante o seu processo de autodescoberta, até, de fato, se entenderem quanto mulheres lésbicas. Em decorrência disso, a bissexualidade pode ser erroneamente associada à ideia de que a experiência consiste em uma fase, ilegítima como categoria. Essa experiência está diretamente relacionada à heterossexualidade compulsória, uma vez que a construção da sexualidade feminina é voltada, exclusivamente, para a manifestação e o investimento amoroso e sexual em homens.

[...] e eu era cobrada de um lado, porque a minha mãe queria me ver com alguém, queria ter netos, e eu não conseguia, por mais que eu tentasse. Às vezes, eu me relacionava com pessoas que não davam nenhum valor, me tratavam com o mínimo de respeito, pra tá inserida e encaixada no que as pessoas esperavam de mim, principalmente a família.

A narrativa expressa uma tentativa de adequação social, buscando suprir as expectativas criadas em torno do papel da mulher na sociedade, tentando, a partir de violências autoinflingidas, “ajustar a mente, o espírito e a sexualidade dentro de um roteiro prescrito, uma vez que elas não podem olhar para além do parâmetro do que é aceitável” (Rich, 2012, p.40).

[...] eu fui falar com meu ex marido que talvez eu pudesse ser e ele já veio com aquele fetiche de “ai, então vai eu, você e mais uma” e tal e esse negócio do fetiche me incomoda demais...

Ampliando esse debate acerca da sexualidade dissidente feminina, a sexualização e a fetichização de seus afetos é sentida de maneira muito frequente em diversos âmbitos sociais. Há, portanto, uma sobreposição de violências, que se dão no cruzamento da misoginia e da homofobia. Essa objetificação dos corpos femininos e a ideia de mulheres sáficas em locais de provocação ao homem hétero são violências, infelizmente, muito comuns para essa população específica, sendo, inclusive, reforçadas pela mídia e pela indústria pornográfica, tal como fala Adrienne Rich (2012):

A chamada pornografia lésbica, criada para o olhar voyeurístico masculino, é igualmente vazia de conteúdo emocional e personalidade individual. A mensagem mais perniciosa transmitida pela pornografia é a de que as mulheres são presas sexuais naturais dos homens e que elas gostam disso, que sexualidade e violência são congruentes e que, para as mulheres, o sexo é essencialmente masoquista, uma humilhação prazerosa, um abuso físico erotizado. Porém, junto dessa mensagem vem outra, nem sempre reconhecida: de que a submissão imposta e o uso de crueldade, se acontece com um casal heterossexual, é sexualmente “normal”, enquanto a sensualidade entre mulheres, inclusive mutualidade erótica e respeito, é “estranya”, “doentia”, mesmo pornográfica em si mesma e não muito excitante, quando é comparada com a sexualidade de chicotes, das cordas e dos nós (Rich, 2012, p.26-27).

Dessa forma, a objetificação torna a sexualidade feminina refém do desejo masculino, não admitindo outras formas de relações que não aquelas protagonizadas para o seu próprio prazer. Esse é um dos muitos cenários onde a lesbofobia¹⁵ é evidenciada, produzindo contextos de vida marcados por violências que vão desde hostilizações verbais até os casos de agressões físicas, assédios sexuais, assassinatos e estupros corretivos (Braga; Ribeiro; Caetano, 2022).

O estupro corretivo se enquadra em um tipo de violência sexual direcionado a mulheres lésbicas. No Brasil, foram identificados, entre os anos 2018 e 2020, 243 casos desse tipo de violência, coletados na primeira etapa do relatório descritivo do LesboCenso Nacional (LesboCenso, 2022). O poder de coerção e de abuso exercido sobre essas mulheres, além ser fundamentado na misoginia, está ligado, também, às normas sociais que reforçam a heteronormatividade e a ideia da família tradicional como um padrão a ser seguido, autorizando esses agressores a corrigirem essas vítimas, a fim de fazê-las voltar à suposta normalidade.

[...] eu sinto que eu tô devendo a minha mãe, sabe? Porque eu entendo que pra ela tipo, nossa, eu não fui nada do que ela tava esperando, sabe? Então eu sinto que eu deveria pelo menos manter o cabelo comprido por um tempinho, ou usar a roupa que ela quer quando ela quer porque pelo menos assim, talvez, ela me deixe usar o que eu quero algum dia, por conta disso.

Eu senti que, à medida que eu ia me assumindo pra pessoas da minha família, esse respeito que eles tinham por mim de ser uma pessoa educada, de ser uma pessoa prestativa, sempre disposta a ajudar foi colocado de lado. Então é como se a partir daquele momento eu não fosse mais o fulano educado, atencioso, que escuta, que ajuda. Eu era fulano, eu sou, né? O fulano gay.

Eu me cobro muito pra ser alguém muito melhor do que eu poderia ser se eu fosse uma mulher hétero. Justamente pra, tipo assim, mostrar que eu sou algo além de lésbica.

Eu sempre tive um senso de responsabilidade muito grande, porque eu acho que, tipo assim, eu sempre pensei: “cara, eu vou ser o melhor filho, eu vou ser o melhor amigo, eu vou ser o melhor tudo” pra eu não... dar mais motivo de desgosto do que eu já dou.

O conceito de família tradicional sugere um modelo de organização familiar que se baseia, exclusivamente, em um tipo de conjugalidade: a hetero-cisgênera. Neste modelo, são designados papéis específicos para cada gênero, atrelados ao sexo biológico e reforçados por instâncias legitimadoras, sendo a religião a principal delas (Dias, 2017). À vista desses papéis atrelados à ideia do que é ser homem e mulher que expectativas vão sendo geradas em torno dos componentes dessa família; expectativas essas que, na maior parte das vezes, não incluem a possibilidade de uma sexualidade dissidente.

¹⁵ Termo designado para retratar a sobreposição de opressões contra lésbicas, que se dão no cruzamento da homofobia, da misoginia e do machismo (Borrillo, 2010).

Dessa maneira, crescer em um ambiente tão restrito quanto à diversidade sexual pode gerar a sensação de estar em débito com a família, no sentido de que as expectativas sobre esse sujeito não foram devidamente cumpridas, sendo necessário, então, que essa pessoa compense de alguma forma. Nessa concepção, é como se existisse uma balança de características pessoais e atitudes, em que de um lado está a sexualidade dissidente (um aspecto supostamente negativo do sujeito), e do outro lado estão as inúmeras tentativas de compensação, como tentativa de equilibrar essa balança.

O que se percebe dessa necessidade de compensação, que aqui arriscaremos conceituar como *sentimento compensatório*, não é manifestada pelo sujeito de forma necessariamente consciente, e não está atrelado ao fato de a pessoa ser assumida ou não assumida. O receio de ser enxergado e resumido à sua orientação sexual parece fazer com que essas pessoas busquem alcançar destaque em outros aspectos de sua vida, como se para compensar o fato de ser LGBTI+.

Os relatos das pessoas entrevistadas apontam para um desejo e uma cobrança pelo melhor desempenho, seja no aspecto acadêmico (sempre tirar nota máxima, ser o melhor da turma), seja nos serviços de cuidado executados (limpar e organizar a casa, fazer comida), seja no trabalho (ser muito dedicado, muito trabalhador, ascender financeiramente), seja no comportamento (ser uma pessoa mais permissiva, não se impor tanto, ser ativo para a família, ser muito útil), ou na aparência (estar sempre bem vestido, cheiroso, limpo). Esse mecanismo de compensação mostra-se fundamental para que esses sujeitos sintam-se protegidos de críticas, especialmente as geradas em função da orientação sexual. No entanto, a pressão para compensar eventuais notícias ruins com conquistas pessoais pode gerar um peso emocional e mental excessivo.

E eu estou pra falar que não adianta. É igual eu te falei... desde o momento em que eu me assumir homossexual, a minha personalidade virou ser homossexual. Então, por mais que eu tentasse compensar de alguma forma, sempre chegava nesse mesmo resultado a equação.

Eu sei que não é uma culpa minha ser LGBT, não é uma escolha. Só que se eu pudesse escolher, eu seria uma pessoa, com certeza, heterossexual. Porque se falar "ah, eu não tenho problema nenhum com a minha sexualidade", vou estar mentindo. Por essa vivência assim da minha família.

A busca por validação externa e a sensação de responsabilidade por satisfazer expectativas sociais e familiares, na tentativa de ser reconhecido para além de sua orientação sexual e identidade de gênero, pode ser uma experiência muito desgastante, dado que, mesmo com as tentativas de compensação, ainda existe a sensação de não ser o suficiente. Nesse contexto, se sentir insuficiente para a família pode levar à negação e à repressão da própria sexualidade, contribuindo para a internalização desses preconceitos na vivência da pessoa LGBTI+.

Uma experiência implícita e dolorosa percebida quanto ao processo de aceitação familiar está relacionada a uma aceitação sentida como condicional, dependente de fatores externos extremos, muitas vezes relacionados a episódios traumáticos, como tentativas de suicídio ou mortes de familiares próximos.

Eu me assumi depois de uma tentativa de suicídio. E aí, na época, a minha mãe tinha aceitado e tudo mais, só que, depois de um tempo, ela começou a voltar pro ponto zero de não aceitar, de negar tudo que eu tentar fazer, de me proibir de cortar o cabelo e esse tipo de coisa. Só que a minha saúde mental foi deteriorando por conta disso, e aí ela começou a pensar que talvez não fosse tão ruim.

[...] os meus pais eu percebo que eles só me aceitaram mesmo quando eles perceberam que eu estava muito mal, que cheguei a ponto de tentar suicídio por causa disso... não só por causa disso, mas aí, enfim, eu acho que foi a última opção deles, sabe? E isso é doido, né?

[...] eu fico pra morrer quando as pessoas mais velhas começam a falar tipo “ah, mas sempre esteve presente na mídia brasileira, não sei o que vocês falam sobre inclusão...” mas não eram representações, eram caricaturas. A gente é aceito enquanto caricatura.

Ainda se tratando dessa aceitação condicional, essa condição, socialmente, está associada à exteriorização de características específicas, como ser prestativo, estar sempre à disposição e ser o *chaveirinho gay* do grupo, se comportando de maneira subserviente. Um exemplo disso é que, na mídia, as representações mais aceitas são aquelas extremamente caricatas, com personagens cômicos e que são enxergados enquanto piada.

4.3. FATORES DE RISCO E FATORES DE PROTEÇÃO QUE INFLUENCIAM NA PRODUÇÃO/NÃO PRODUÇÃO DE SOFRIMENTO

Normas sociais dominantes, que cultuam um padrão de relacionamento e de comportamento hétero-cisgênero, influenciam diretamente a percepção do sujeito sobre si e sobre o mundo ao seu redor. Esse padrão é responsável por restringir possibilidades de existência e de realização pessoal, visto que “o homossexual é sempre o outro, o diferente, aquele com quem é impensável qualquer identificação.” (Borrillo, 2010, p. 14).

Nesse sentido, a ausência de representatividade nas mídias e em outros espaços socialmente importantes, em projeções de modelos de vida semelhantes aos vivenciados pela pessoa LGBTI+, se apresentam como fator de risco que pode afetar negativamente a autopercepção e o reconhecimento da própria identidade, podendo levar à solidão, além de limitar perspectivas futuras acerca do crescimento pessoal e da possibilidade de constituição familiar.

[...] pô, pensando em alguém que cresceu lá nos anos dois mil, eu não tinha referências, né? De pessoas iguais a mim... uma prosperidade... sei lá, a possibilidade de crescer e de ter uma família e etcétera. Isso não existiu pra mim.

Meu processo foi difícil justamente por conta disso: eu não tinha acesso a essas coisas, eu não sabia o que era isso. Então foi muito difícil e doloroso por conta disso, justamente por eu não saber.

Identificamos que o contato com diferentes formas de existir no mundo, formas que se assemelham com o que sentimos e vivemos, se configura como fator de proteção importante para a identificação, compreensão de si, e a sensação de pertencimento a um grupo.

[...] Tipo, eu já tinha um sentimento, mas eu não tinha referência, e a partir do momento que eu tive essa referência foi tipo “ah, eu sou igual essa pessoa aí”

Essa busca por identificação reflete um processo de autodescoberta valioso, típico do período da adolescência, mas que pode ser muito turbulento devido ao preconceito e à ausência de informações e de referências saudáveis. A intolerância e a violência são fatores de risco, lamentavelmente, muito comuns no dia a dia de pessoas LGBTI+.

[...] eu cresci numa cidade no interior, e, tipo assim, as pessoas que eram LGBTs lá elas sofriam muito. Teve um caso de uma travesti que morreu lá, foi espancada até a morte, e era uma amiga minha. Eu fiquei horrorizada com isso. E eu tinha medo também do povo, mas o problema era dentro de casa mesmo, meus pais, tios, avós, primos.

O medo manifestado em relação ao próprio ambiente familiar destaca como o preconceito pode ser internalizado e enraizado nas estruturas sociais mais íntimas, ameaçando sua integridade física, sua saúde mental e, em casos mais graves, levando ao seu extermínio.

No começo, eu me escondia muito, eu me escondia mais. Teve uma época que eu comprei impulsivamente uns cinco vestidos, só pra eu não comprar umas roupas que eu estava querendo. Eu gastei todo o meu dinheiro investido, e só depois de um tempo eu percebi que não adiantava eu me esconder, e depois ir pro meu quarto e me cortar, tá ligado?

Neste aspecto, Daniel Borrillo (2010) discorre sobre a tendência existente que recai sobre as dissidências sexuais e de gênero de internalizar essas violências como algo natural e inevitável, tornando-os mais suscetíveis a uma aversão a si mesmo. O estereótipo atrelado a vivência da sexualidade dissidente como uma existência fadada à solidão e ao fracasso, quando não aliviada, às vezes, pelo suicídio, é interiorizada como uma rejeição a própria sexualidade. A vulnerabilidade da população LGBTI+ ao suicídio é expressa de forma substancial, onde o preconceito, a discriminação e a rejeição às sexualidades dissidentes se apresentam como variáveis significativas na motivação do ato.

Um estudo realizado nos Estados Unidos, com uma amostra superior a 30 mil pessoas, destacou que o risco de propensão ao suicídio entre a população LGBTI+ jovem é de 20% - 16% a mais se comparado aos jovens heterossexuais (4%) (Hatzenbuehler, 2011 *apud* Baére; Zanello, 2018). Outro estudo, do mesmo país, destacou que 1,6% pessoas cisgênero fizeram tentativas de suicídio ao longo da vida, em comparação 41% das pessoas transgênero (Grant *et al.*, 2010 *apud* Baére; Zanello, 2018).

Embora o número de trabalhos acerca do comportamento suicida LGBTI+ no Brasil seja escasso, foi possível fazer alguns levantamentos importantes sobre esses dados. A começar pelo relatório realizado pelo Grupo Gay da Bahia - GGB (2022), há indícios, a partir de estudos internacionais, de que jovens LGBTI+ estão de duas a sete vezes mais propensos ao suicídio do que jovens heterossexuais. Em termos estatísticos, isso configura um aumento de 200% a 700%. Além disso, foram registrados pelo menos 24 casos de suicídios LGBTI+ no Brasil em 2021.

Ainda, uma pesquisa realizada pelo Conselho Regional de Psicologia da 15^a região (CRP15), no ano de 2013, revelou que, dos 1600 participantes que se identificavam como LGBTI+, 53% já pensou em não viver mais, 42% já verbalizou não querer mais viver, 78% afirmou ter a sensação de querer “sumir”, 49% já desejou não viver mais, 15% afirmou ter coragem de tirar a própria vida e 10% já teve coragem de tirar a própria vida ou já tentou. Quanto aos entrevistados que afirmaram ter coragem de tirar a própria vida, 63% são do sexo masculino e 37% do sexo feminino, com média de 22 anos de idade, sendo 74% considerados homossexuais e 26% bissexuais. De acordo com as pessoas entrevistadas, os principais fatores motivacionais são, em primeiro lugar, a falta de apoio espiritual, seguido pela indiferença e pelo preconceito. Em sequência, foram apontadas as dificuldades no relacionamento familiar, a depressão, dificuldades financeiras, a falta de amor próprio e a perda do sentido da vida (Rosa, 2023).

Acerca disso, Baptista (1999):

O fio da faca que esquarteja, ou o tiro certeiro nos olhos, possui alguns aliados, agentes sem rostos que preparam o solo para estes sinistros atos. Sem cara ou personalidade, podem ser encontrados em discursos, textos, falas, modos de viver, modos de pensar que circulam entre famílias, jornalistas, prefeitos, artistas, padres, psicanalistas etc. Destituídos de aparente crueldade, tais aliados amolam a faca e enfraquecem a vítima, reduzindo-a a pobre coitado, cúmplice do ato, carente de cuidado, fraco e estranho a nós, estranho a uma condição humana plenamente viva. Os amoladores de facas, à semelhança dos cortadores de

membros, fragmentam a violência da cotidianidade, remetendo-a a particularidades, a casos individuais. Estranhamento e individualidades são alguns dos produtos desses agentes (Baptista, 1999, p. 46).

Enquanto sociedade estamos nos comportando como “amoladores” da instrumentação usada para ferir essas pessoas, para torná-las vulneráveis a partir da discriminação e dos discursos de ódio, contribuindo para os sentimentos de não pertencimento, de estranheza e de isolamento, “amaciando” a carne para o ato final - o autoextermínio. Devido a esses e a outros fatores, muitas pessoas LGBTI+ mantêm segredo quanto a essa parte de sua identidade, sendo bastante comum observar um condicionamento do ato de se assumir à condição de autonomia financeira - dado que, muitas vezes, não se sentem pertencentes à própria casa. Entretanto, essa é uma experiência que pode variar a depender do ambiente no qual a pessoa está inserida.

Há muitas ambiguidades associadas à experiência do *coming-out*. Muitas vezes, não se assumir é expresso como um mecanismo de proteção ao serem considerados os riscos associados, que podem se apresentar como barreiras sociais significativas, tentativas de repressão do gênero e/ou da orientação sexual dissidente, retaliações familiares, risco à integridade física (agressão, violência), ameaça à ruptura de laços afetivo-familiares, expulsão de casa e rejeição. Entretanto, ao mesmo tempo em que a relação com a família se apresenta, muito comumente, como um fator de risco, ela pode, também, ser um importante fator de proteção neste processo:

[...] e a minha mãe sempre me auxiliou muito nesse processo... eu achava “ai, mãe, eu vou desistir. Eu não vou querer me assumir mais pra ninguém. Eu não quero mais. É muito muito doloroso pra mim”, e ela “Não, você vai sim. Eu vou estar junto com você. Você vai ter orgulho. Você tem que ter orgulho de quem você é”

O apoio e o acolhimento, principalmente vindos de um lugar que um dia já foi de proteção, possibilitam um melhor entendimento e conforto para explorar e entender sua própria identidade. Sendo assim, a aceitação familiar pode impactar positivamente no desenvolvimento de uma compreensão saudável da sexualidade.

Por outro lado, um ambiente familiar hostil quanto a expressões de sexualidade dissidentes faz com que seja muito comum pessoas LGBTI+ compartilharem abertamente sua orientação sexual com amigos íntimos e colegas, enquanto se reservam diante da família, numa tentativa de criar redes de apoio fora de seu núcleo familiar. Ainda, há uma tendência, também, de buscar e/ou construir redes de apoio dentro da própria comunidade LGBTI+, a fim de encontrar ambientes seguros que possibilitem à pessoa sua própria existência, sem necessariamente se limitar a relações românticas e/ou sexuais.

Eu acho que isso de se assumir, pra mim, é por uma questão de espaço, né? De encontrar o seu espaço, o seu lugar. Então, quando você se assume, você encontra o seu grupo, né? E você encontra pessoas que são iguais a você, e vocês se protegem, vocês ficam ali, juntos.

Isto reflete a tensão entre o desejo de viver a sua própria verdade e o temor das consequências sociais e familiares. Essa dualidade evidencia as complexidades enfrentadas por muitas pessoas LGBTI+ em contextos semelhantes, onde a aceitação pessoal muitas vezes colide com as normas sociais e as expectativas familiares.

A associação do ato de se assumir ao sentimento de liberdade foi expressa de maneira significativa entre os entrevistados. A ideia de não precisar mais restringir ou esconder parte de sua identidade é vista como algo libertador em muitos sentidos, seja na não mais repressão de comportamentos e trejeitos, seja na leveza de se relacionar com as pessoas, na liberdade sexual e afetiva, no desenvolvimento da

autoconfiança ou na mudança de atitudes, falas, estilos e comportamentos. Isso denota que assumir sua identidade sexual gera um impacto não apenas na autopercepção da pessoa LGBTI+, mas também em sua expressão pessoal e no seu processo de autoaceitação.

Isso [se assumir] tornou as coisas muito mais fáceis, entendeu? Porque tinha certos trejeitos, tinha certos comportamentos, tinha certas coisas que eu não fazia perto dela pra não demonstrar. Hoje em dia eu acho que eu me sinto um pouco mais livre.

[...] eu percebi que esses comentários preconceituosos, homofóbicos, eu não preciso carregar isso comigo, né? Eles não precisam ser o meu fardo. [...] o fato de uma pessoa ser homofóbica e ser preconceituosa não diz absolutamente nada sobre mim. Eu tô vivendo a minha vida, eu não fiz nada de errado, e eu não preciso carregar a bagagem de ninguém.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao investigar os efeitos da orientação sexual e da identidade de gênero na construção da identidade da pessoa LGBTI+, fica evidente que a ausência de referências e de modelos de vida semelhantes que inspirem contribui para o processo de marginalização dessas identidades, uma vez que esses sujeitos não se reconhecem nos moldes das representações heteronormativas, impactando, assim, em sua percepção sobre si e restringindo possibilidades de realização pessoal.

A imposição da heterossexualidade como norma, como única forma aceitável e saudável de se relacionar no campo dos afetos consigo próprio e com o outro é endossada no corpo social e internalizada por seus membros, autorizando e validando as diferentes formas de violência direcionadas a essa população. A introjeção dessas violências na vivência de uma dimensão tão importante da vida como a sexualidade impele à negação de seus afetos e coloca toda uma população em situação de vulnerabilidade e de riscos diversos, concretos e simbólicos.

Ao reconhecermos a existência de sexualidades dissidentes como formas legítimas de ser, de viver e de demonstrar seus afetos, estamos reivindicando o direito de que essas pessoas possam se desenvolver de forma singular, autêntica e não restritiva. Com essa pesquisa, algumas questões se impõem e gritam aos nossos ouvidos. Que outros caminhos teriam sido tomados se essas pessoas fossem autorizadas, desde cedo, a viver sua própria sexualidade? Que impactos isso traria para construção de suas identidades? E de que forma a Psicologia, hoje, tem quebrado ou reforçado esses padrões mediante esses processos de subjetivação?

A dissidência à norma, embora coloque essas vidas em risco real, todos os dias, é também bastante representativa da força e da potência que residem na recusa àquilo que fere e mata, na afirmação corajosa de se ser quem é, de se autodeterminar. A existência de vidas que resistem e escapam ao controle por todos os lados convoca eticamente a Psicologia e toda a sociedade ao movimento, ao exercício de abrir o olhar e a escuta e de se posicionar na defesa intransigente dos direitos das pessoas de existir e viver bem.

Esse artigo, fruto de uma pesquisa afetada e que transformou orientanda e orientadora nesse processo, busca abrir mais um caminho para a escuta dessas vozes, para a visibilidade dessas vidas, para, com elas, afirmar o amor e recusar o controle sobre nossos corpos e subjetividades.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, G. Rumo a uma nova consciência. In: HOLLANDA, H. B. (org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 323-339.

BAÉRE, F. de; ZANELLO, V. O gênero no comportamento suicida: uma leitura epidemiológica dos dados do Distrito Federal. **Estudos de Psicologia**, v. 23, n. 2, p. 168-178. abr./jun. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_aarttext&pids=S1413-294X22018000200008>. Acesso em: 26 nov. 2023.

BAGGENSTOSS, G. A. **Parecer sobre a LGBTfobia enquanto fenômeno tipificado como racismo, nos termos do julgamento da ADO nº 26 e do MI 4733, do STF**. Rio de Janeiro: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, 2021. 17 p. Parecer apresentado ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

BAPTISTA, L. A. S. A atriz, o padre e a psicanalista – os amoladores de facas. In: BAPTISTA, L. A. S. A cidade dos sábios. São Paulo: Summus, 1999. p. 45-49.

BORRILLO, D. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRAGA, K. D. S.; RIBEIRO, A. I. M.; CAETANO, M. R. V. Lesbofobia familiar: técnicas para produzir e regular feminilidades heterocentradas. **Pro-Posições**, v. 33, e20190082, 2022.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Homofobia pode ser enquadrada como crime de racismo. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.tjdf.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/homofobia-pode-ser-enquadrada-como-crime-de-racismo>. Acesso em: 16 jun. 2023.

BUTLER, J.P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP n. 001/99, de 22 de março de 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Brasília, DF: CFP, 1999.

CORRÊA, S. O.; MUNTARBHORN, V. **Princípios de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**. 2007.

DANTAS, B. S. A. Sexualidade, cristianismo e poder. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451844633005>. Acesso em: 24 abr. 2023.

DIAS, T.B. A defesa da família tradicional e a perpetuação dos papéis de gênero naturalizados. **Mandrágora**, v. 23, n. 1, p. 49-70, 2017.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado de Direitos Humanos Plano estadual de enfrentamento à LGTBIofobia e promoção da cidadania e dos direitos humanos de LGTBI+ do Espírito Santo 2022-2026. Vitória: Gráfica Aquarius, 2022.

FARIAS, V. 1,7 mil LGTBI+ foram vítimas de agressões físicas em 2021; 8 estados não têm dados sobre o tema. **G1**, São Paulo, 28 jun. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/06/28/17-mil-lgbqia-foram-vitimas-de-agressoes-fisicas-em-2021-8-estados-nao-tem-dados-sobre-o-tema.ghtml>. Acesso em: 21 abr. 2023.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil: relatório 2021**. Observatório de Mortes Violentas de LGTBI+ no Brasil, 2022. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/02/mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao-final.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2023.

JACQUES, M. G. Identidade. In: STREY, M. N. et al. (org.). **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 137-144.

KAHHALE, E. M. S. P. Mesa: enfrentamento à patologização e à homofobia: Código de Ética do Psicólogo e Resolução CFP 001/1999. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos**. Brasília, DF: CFP, 2011. p. 201-209.

LANE, S. T. M. **O que é psicologia social**. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LESBOCENSO. **I Lesbocenso Nacional: mapeamento de vivências lésbicas no Brasil: relatório descritivo – 1ª etapa (2021-2022)**. Brasil, 2022.

LOURAU, R. **A análise institucional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

MELO, M.; BOTA, P.; SANTOS, J. Diferenças, discriminações e desigualdades: estudos sobre minorias sexuais. In: BARROS, M.; GATO, A. (org.). **Desigualdades**. Évora: Publicações do Cidehus, 2020.

MELO, T. G. R.; SOBREIRA, M. V. S. Identidade de gênero e orientação sexual: perspectivas literárias. **Temas em Saúde**, João Pessoa, v. 18, n. 1, p. 381-404, 2018.

NATIVIDADE, M.; OLIVEIRA, L. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia (s) em discursos evangélicos conservadores. **Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana**, n.2, p. 121-161, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Saúde sexual, direitos humanos e a lei**. Tradução de projeto interinstitucional entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Federal do Paraná. Porto Alegre: UFRGS, 2020.

PERES, M. C. C.; SOARES, S. F.; DIAS, M. C.; **Dôssie sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017.** Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

PÉREZ-NEBRA, A.; JESUS, J. G. Preconceito, estereótipo e discriminação. In: TORRES, C. V.; NEIVA, E. R. (org.). **Psicologia social: principais temas e vertentes.** Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 219-237.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução: Carlos Guilherme do Valle. Bagoas - **Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 5, 2012.

ROSA, W. Conselho Regional de Psicologia 15^a Região. Pesquisa revela o risco de suicídio na comunidade LGBT. ca. 2013. Disponível em: <https://www.crp15.org.br/artigos/pesquisa-revela-o-risco-de-suicidio-na-comunidade-lgbt/>. Acesso em: 26 nov. 2023.

SPACEY, LGBTQ+. Sáfica. 2023. Disponível em: <https://lgbtqspacey.com/safica/>. Acesso em: 24 nov. 2023.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE (SBMFC). **Mitos LGBTQIA+: Assexualidade.** Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade. 2020. Disponível em: <https://www.sbmfc.org.br/noticias/mitos-lgbtia-assexualidade/>. Acesso em: 19 jun. 2023.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processo de subjetivação.** Curitiba: Appris, 2018.